

COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA

PROJETO DE LEI N.º 5.934, DE 2005.

Estabelece a gratuidade do fornecimento de passaporte a quem se declarar pobre na forma da lei e dá outras providências.

Autor:	Deputado	MARCELO TEIXEIRA
Relator:	Deputado	DARCÍSIO PERONDI

VOTO VENCEDOR

Vejo-me obrigado a discordar tanto do relatório apresentado na Comissão de Seguridade Social e Família, assim como da proposição de autoria do nobre colega, Deputado Marcelo Teixeira, pelas razões que passo a desenvolver.

O Projeto de Lei nº 5.934, de 2005, estabelece a gratuidade do fornecimento de passaporte a quem se declarar pobre na forma da lei, sob pena de pagar em dobro o valor do passaporte, se provada a falsidade da declaração.

Falta-nos um parâmetro para definir o estado de pobreza e, ao nosso ver, começam aí as dificuldades para a aprovação da proposição em tela. Presume-



E752BBB845

se a pobreza pela simples declaração, até prova em contrário. A autoridade concedente do passaporte não poderá efetivar qualquer diligência para averiguar a procedência da declaração.

Não nos esqueçamos que uma passagem aérea para o exterior é extremamente dispendiosa e, aqueles que podem arcar com esses valores, também podem suportar o custo da obtenção do passaporte. Ademais, para viajar para os países vizinhos não é necessário passaporte, basta o R. G.

Também cabe lembrar que a taxa para a emissão de passaporte custa hoje R\$ 89,71 e é paga por intermédio da Guia de Recolhimento da União (GRU), sendo, portanto, receita tributária federal. Segundo a melhor doutrina, a taxa é uma das espécies tributárias, cuja hipótese de incidência é a prática de uma atividade estatal, no exercício do seu poder de polícia ou a utilização, efetiva ou potencial, de um serviço público específico prestado ao contribuinte ou posto à sua disposição. Trata-se, pois, de tributo vinculado, cuja relação é imediata e direta, com objetivo de compartilhar o gasto público pela atividade prestada pelo Estado a um determinado grupo de usuários (ainda que potencial), e não à sociedade como um todo.

Por conseguinte, se aprovado o projeto em comento, haverá perda de receitas tributárias da União, pelo que é forçoso observar as disposições contidas no art. 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF – Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000) quando da apresentação e discussão de proposição dessa natureza.

Como as comprovações exigidas pela LRF não se encontram apenas à documentação relativa ao PL nº 5.934/05, urge admitir a hipótese de que o impacto na execução financeira e orçamentária da União, resultante da aprovação do PL em questão, poderia concorrer para o comprometimento das metas de resultados primários positivos estabelecidos na Lei de Diretrizes Orçamentárias e do ajuste fiscal perseguido no processo de regularização das contas públicas do País.



E752BBB845

Pelos motivos expostos manifesto-me pela rejeição do parecer do Relator e, portanto pela rejeição do Projeto de Lei nº 5.934, de 2005.

Sala da Comissão, em 29 de novembro de 2006.

Deputado DR. ROSINHA



E752BBB845